

Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar
Hospital Regional Público do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna - Santarém/PA

CNPJ nº 24.232.886/0083-03
Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - Em Reais				Demonstração do resultado Exercício findo em 31 de dezembro - Em Reais			
Ativo	Nota	2.015	2.014	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2.015	2.014
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.520.537	5.947.474	Fornecedores	9	6.148.865	6.803.275
Contas de receber	5	17.574.367	20.629.595	Honorários médicos	10	2.974.725	3.701.522
Estoques	6	2.605.383	2.527.662	Obrigações sociais e trabalhistas	11	4.122.047	3.415.664
Adiantamento a fornecedores		163.284	382.324	Obrigações fiscais		398.037	257.386
Partes relacionadas	7	1.558.410	1.292.259	Receita diferida	12	-	1.667.237
Outros ativos circulante		255.164	215.856			13.643.674	15.845.084
		29.677.145	30.995.170	Não Circulante			
Não Circulante				Provisão para descontinuidade	13	2.703.141	2.027.892
Realizável a longo prazo				Provisão para contingência	14	13.372	462.865
Depósitos judiciais		22.004	-			2.716.513	2.490.757
Imobilizado	8	6.557.921	7.064.732	Patrimônio Líquido			
Intangível	8	173.052	140.258	Patrimônio social		19.864.319	17.907.303
		6.752.972	7.204.990	Superávit dos exercícios		205.616	1.957.016
Total Do Ativo		36.430.127	38.200.160	Total do Passivo		36.430.122	38.200.160
Demonstração das mutações do patrimônio líquido negativo Exercícios findos em 31 de dezembro - Em Reais							
		Patrimônio social	Superávit do Exercício	Total			
Em 1º de Janeiro de 2.014		14.458.969	3.448.334	17.907.303			
Transferência			3.448.334	(3.448.334)			
Superávit do exercício			-	1.957.016			
Em 31 de Dezembro de 2.014		17.907.303	1.957.016	19.864.319			
Transferência			1.957.016	-			
Superávit do exercício			-	205.616			
Em 31 de Dezembro de 2.015		19.864.319	205.616	20.069.935			
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2.015 e de 2.014 - Cifras apresentadas em reais.							
<p>Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de agora em diante denominada "a Entidade", é uma Entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social: I - Prestar assistência à saúde e serviços médico-hospitalares a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso, opinião política ou qualquer outra condição, tanto em regime de internação quanto ambulatorial. II - Prestar assistência social por meio de asilos, creches e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar. III - Desenvolver a pesquisa, tanto para quanto aplicada, sobretudo em seus estabelecimentos, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades da saúde. IV - Levar a efeito atividades de saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização. Ainda de acordo com o seu estatuto para atingir suas finalidades a Pró-Saúde desenvolverá as seguintes atividades: I - Desenvolver atividades educacionais na saúde, podendo fundar e manter escolas, faculdades e cursos em geral e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo. II - Prestar serviços em administração hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnicas, diagnóstico ou a administração propriamente dita, a Entidades congêneres ou não e também a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados. III - Promover, coordenar e organizar congressos, simpósios e jornadas específicas na área da saúde. O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades. A Pró-Saúde prestará assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação. b) Contrato de Gestão: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, em 08 de maio de 2.008, celebrou com o Governo do Estado do Pará, contrato de Gestão para o Gerenciamento e Execução de atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos no Hospital Regional Público do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna, com prazo de vigência de 05 (cinco) anos, e prorrogado até 07 de maio de 2014 através do 13º aditivo. Em 08 de maio de 2.014, as partes celebraram novo contrato de gestão (Nº 23/2014), podendo ser prorrogado por até 05 (cinco) anos. O Governo do Estado do Pará, através de sua Secretaria Especial de Estado de Proteção Social e da Secretaria Executiva de Estado de Saúde Pública, instituiu o Grupo Técnico de Controle e Avaliação da Gestão dos Hospitais Metropolitanos e Regionais, que procederá ao acompanhamento da execução do contrato e a verificação periódica do desenvolvimento das atividades e resultados obtidos pela Organização Social com a aplicação dos recursos sob sua gestão, elaborando relatório circunstanciado. A verificação é relativa ao cumprimento das diretrizes e metas definidas no contrato e restringir-se-á aos resultados obtidos em sua execução, através dos indicadores de desempenho estabelecidos, em confronto com as metas pactuadas e com a economicidade no desenvolvimento das respectivas atividades. As etapas do processo de avaliação do Contrato de Gestão estão divididas da seguinte forma: I - Prestação de Serviços Hospitalares (Mapa de Produção); II - Indicadores de Qualidade; e III - Prestação de Contas. O Hospital atende o objeto contratual com a implantação e operacionalização dos serviços assistenciais e de apoio necessários para uma gestão profissional. Pela análise de metas, verifica-se que todos os serviços pactuados foram disponibilizados para a Central de Regulamentação e aos municípios de sua região de abrangência. 2. Base de Preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 02 de Março de 2.016. 2.1 Base de Mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. 3. Resumo das Principais Práticas Contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. a) Estimativas contábeis: A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas inclui a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando constituída, o valor residual do ativo imobilizado, a provisão para descontinuidade e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. b) Ativos circulantes e não circulantes: ● Caixa e equivalentes de caixa: Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com risco insignificante de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. ● Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade, São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montantes considerados suficientes pela Administração da Entidade para fazer face eventuais perdas na realização dos créditos, quando necessário. ● Estoques: Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. ● Imobilizado: Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. ● Intangível: Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a amortização correspondente, que é calculada levando em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. c) Passivos circulantes e não circulantes: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. d) Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. e) Receita diferida: As receitas diferidas de custeio ou de investimento são reconhecidas conforme NBC TG 07 - (Subvenção) e Assistência Governamentais. Receita diferida - investimento: Inicialmente os recursos provenientes de subvenções para investimentos são registrados em contas contábeis do passivo não circulante, em contrapartida à entrada em disponibilidades vinculadas. Mediante a destinação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferidos para conta de subvenção a realizar, redutora dos subgrupos de imobilizado ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção de investimento no resultado ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação, amortização, ou de gastos atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício. f) Patrimônio social: Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. g) Receitas e despesas: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. Receitas de subvenções custeio: As receitas auferidas por</p>							
<p>Recursos Operacionais</p> <p>Recursos de subvenções-custeio 15 96.325.298 93.849.807</p> <p>Recursos de subvenções - investimento 1.046.869 534.855</p> <p>Recursos financeiros 248.676 793.741</p> <p>Doações 1.557.646 1.856.066</p> <p>Outras receitas 8.792 141.747</p> <p>Total Das Receitas 99.187.281 97.176.216</p> <p>Despesas Operacionais</p> <p>Despesas com pessoal 16 (25.160.182) (21.056.973)</p> <p>Serviços de terceiros 17 (38.714.830) (42.477.856)</p> <p>Custo corporativo compartilhado 18 (9.445.415) (9.243.639)</p> <p>Drogas, medicamentos e materiais 19 (18.422.158) (17.588.857)</p> <p>(91.742.685) (90.367.325)</p> <p>Reversão (constituição) 8b (1.723.363) (760.331)</p> <p>Amortização e depreciação 8b (107.477) (92.327)</p> <p>Correio e comunicação eletrônica</p> <p>Água, gás, energia elétrica e telefone (3.215.093) (1.514.619)</p> <p>Fretes e carretos (178.205) (119.326)</p> <p>Viagens e ajuda de custo (307.929) (421.280)</p> <p>Locações (122.288) (161.773)</p> <p>Provisão para créditos de liquidação duvidosa 5a (1.409.865) (700.000)</p> <p>Despesas financeiras (234.584) (122.804)</p> <p>Outras despesas (389.769) (496.550)</p> <p>Reversão (constituição) provisão para contingências 14 449.493 (462.865)</p> <p>(7.239.080) (4.851.875)</p> <p>Total das Despesas (98.981.665) (95.219.200)</p> <p>Superávits dos Exercícios 205.616 1.957.016</p>							
Demonstração do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro - Em Reais							
		2.015	2.014				
Superávits dos Exercícios		205.616	1.957.016				
Outros resultado abrangentes		-	-				
Resultado Abrangente dos Exercícios		205.616	1.957.016				
Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais							
		2.015	2.014				
Fluxo de caixa das atividades operacionais		205.616	1.957.016				
Superávits dos exercícios		205.616	1.957.016				
Ajustado por:							
Depreciação e amortização		1.723.363	760.331				
Realização de subvenções		(1.046.869)	(534.855)				
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa (Reversão) constituição de provisão para contingências		1.409.865	700.000				
(449.493)			462.865				
Superávits ajustados		1.842.482	3.345.357				
Variações nos ativos e passivos							
Contas de receber de clientes		1.645.363	(9.146.360)				
Estoques		(77.721)	(225.532)				
Adiantamento a fornecedores		219.040	41.221				
Outros ativos circulantes		(61.312)	11.055				
Fornecedores		(654.410)	4.484.555				
Honorários Médicos		(726.797)	2.040.469				
Obrigações sociais e trabalhistas		706.383	285.363				
Obrigações fiscais		140.651	(87.060)				
Provisão para descontinuidade		675.249	322.029				
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		3.708.928	1.071.097				
Fluxo de caixa das atividades de investimentos							
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		(1.869.714)	(4.889.579)				
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(1.869.714)	(4.889.579)				
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos							
Empréstimos (concedidos) recebidos - Partes relacionadas		(266.151)	615.658				
Subvenções governamentais de investimentos		-	4.940.644				
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		(266.151)	5.556.302				
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		1.573.063	1.737.820				
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa							
No início do exercício		5.947.474	4.209.654				
No fim do exercício		7.520.537	5.947.474				
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		1.573.063	1.737.820				
subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. Custos e despesas: Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados. h) Instrumentos financeiros: ● Ativos financeiros							



Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2. Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP. A IMPRENSA OFICIAL DO PARÁ garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.ioe.pa.gov.br Data: Quinta-feira, 31 de Março de 2016 às 0:00:00

continuação

não derivativos: A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e partes relacionadas. • **Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, honorários médicos e partes relacionadas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	2.015	2.014
Com restrição		
Fundo Fixo	2.500	2.500
Banco conta movimento (a)	1.639.366	3.027.136
Aplicações financeiras de curto prazo (b)	5.878.671	1.250.601
Aplicações financeiras - subvenção para investimento (c)	-	1.667.237
Total	7.520.537	5.947.474

Todos os valores acima são restritos para aplicação específica no funcionamento da unidade hospitalar, não podendo ser empregado em qualquer outra atividade. (a) Correspondem aos saldos disponíveis em contas correntes depositadas no Banco Banpará e Banco do Brasil. (b) Correspondem a certificados de depósitos bancários, aplicados no Banco Banpará, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, remuneradas a taxa de 97% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). (c) Em 31 de dezembro de 2014, correspondia a saldo de recurso para aplicação específica na aquisição de equipamentos para os novos leitos de unidades de terapia intensivas (UTI), mantidos em certificados de depósitos bancários no Banco Banpará, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e remunerados a taxa de 103% a 105% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

5. Contas a Receber

Descrição	2.015	2.014
Secretaria executiva de saúde pública	20.626.412	22.271.775
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	(3.052.045)	(1.642.180)
Total	17.574.367	20.629.595

8. Imobilizado e Intangível

A) Composição

Itens	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Beneficentárias	4.250.383	(424.196)	3.826.187
Instalações	73.242	(16.043)	57.199
Instrumentos médicos hospitalares	192.143	(125.313)	66.830
Equipamentos de informática	896.192	(479.175)	417.017
Máquinas e equipamentos hospitalares	9.526.879	(2.465.628)	7.061.251
Móveis e Utensílios de Escritório	703.924	(332.575)	371.349
Móveis e Utensílios Hospitalares	756.434	(273.819)	482.615
Imobilizações em andamento *	-	-	-
(-) Subvenções a realizar	(5.724.527)	-	(5.724.527)
Total Imobilizado	10.674.670	(4.116.749)	6.557.921
Total do ativo imobilizado	271.153	(98.101)	173.052
Direito de uso de software	271.153	-	271.153
Total Intangível	271.153	(98.101)	173.052

B) Movimentação

Itens	Saldo em 31/12/14	Adições e transferências	Depreciação	Realizações	Saldo em 31/12/15
Beneficentárias	31.12/14	4.250.383	-	-	4.250.383
Instalações	27.942	45.300	-	-	73.242
Instrumentos médicos hospitalares	187.527	4.616	-	-	192.143
Equipamentos de informática	860.896	35.296	-	-	896.192
Máquinas e equipamentos hospitalares	5.053.998	4.472.881	-	-	9.526.879
Móveis e Utensílios de escritório	613.333	90.891	-	-	703.924
Móveis e utensílios hospitalares	666.062	90.372	-	-	756.434
Obras em andamento	7.193.567	(7.193.567)	-	-	-
(-) Subvenções a realizar *	(5.104.159)	(1.667.237)	-	1.046.869	(5.724.527)
(-) Depreciação **	(2.434.134)	-	(1.682.615)	-	(4.116.749)
Total Imobilizado	7.064.732	128.935	(1.682.615)	1.046.869	6.557.921
Direito de uso de software	197.611	73.542	-	-	271.153
(-) Amortização **	(57.353)	-	(40.748)	-	(98.101)
Total Intangível	140.258	73.542	(40.748)	-	173.052
Total geral	202.477	(1.723.363)	1.046.869	-	173.052

* As subvenções a realizar referem-se a recursos públicos recebidos com destinação específica para aquisição de máquinas e equipamentos, sendo apropriada ao resultado do exercício na rubrica de receitas de subvenções - investimento, mediante ao valor correspondente a depreciação dos ativos. **C) Taxas de depreciação:** As taxas de depreciação e amortização praticadas são:

Descrição	Taxa ao ano
Beneficentárias	20,0%
Instalações	10,0%
Instrumentos médicos hospitalares	10,0%
Equipamentos de informática	20,0%
Máquinas e equipamentos hospitalares	10,0%
Móveis e Utensílios de escritório	10,0%
Móveis e Utensílios Hospitalares	10,0%
Direito de uso de software	20,0%

9. Fornecedores

Descrição	2.015	2.014
Materiais e Medicamentos	2.449.871	2.120.777
Serviços Pessoa Jurídica	3.554.842	4.623.709
Imobilizado	144.152	58.789
Total	6.148.865	6.803.275

10. Honorários Médicos: Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:

Subsequente ao encerramento do exercício social e até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras foi recebido o montante de R\$ 8.102.162. (a) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** Constituída para fazer face aos valores vencidos acima de 360 dias, sem expectativa de recebimento junto a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará. A movimentação do exercício foi a seguinte:

Descrição	2.015	2.014
Saldo em 1º de Janeiro	(1.642.180)	(942.180)
Adições	(1.409.865)	(700.000)
Saldo em 31 de dezembro	(2.689.045)	(1.642.180)

6. Estoques

Descrição	2.015	2.014
Dietais enterais e parenterais	57.234	65.502
Fios cirúrgicos	29.517	27.450
Materiais de radiologia	44.938	74.770
Materiais hospitalares de consumo	903.171	823.864
Materiais hospitalares de reposição	62.084	92.494
Materiais de manutenção	144.258	145.790
Medicamentos	850.277	931.933
Higiene e Limpeza	97.127	119.651
Demais materiais	416.777	246.208
Total	2.605.383	2.527.662

7. Partes Relacionadas

Descrição	A receber/(a pagar)
Empréstimos entre unidades (a)	2.463.810
Pró-Saúde - Sede Administrativa (b)	(905.400)
Total	1.558.410

(a) - **Empréstimos:** Corresponde a empréstimos efetuados às outras unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, sem a cobrança de encargos e prazo para devolução. São elas: Hospital de Altamira e Hospital de Marabá. (b) - **Serviços Corporativos Compartilhados:** Refere-se aos valores a repassar à Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, pela contraprestação de serviços relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações, denominado de custo corporativo compartilhado.

Descrição	2.015	2.014
Salários e ordenados	(14.728.498)	(12.670.919)
Insalubridade	(1.494.622)	(1.233.769)
Horas extras	(795.635)	(611.101)
Decimo terceiro salário férias	(1.710.199)	(1.445.707)
FGTS	(2.311.256)	(1.887.385)
Provisão para descontinuidade - Multa rescisória FGTS	(856.303)	(689.667)
Contribuição Patronal ao INSS	(5.908.798)	(4.987.346)
Isenção da Contribuição Patronal ao INSS	5.908.798	4.987.346
Outras despesas com pessoal	(1.496.959)	(1.074.056)
Total	(25.160.182)	(21.056.973)

17. Serviços de Terceiros

Descrição	2.015	2.014
Serviços médicos tomados de pessoa jurídica	(23.288.813)	(22.633.405)
Serviços tomados de pessoa física	(15.426.018)	(19.840.256)
Serviços tomados de pessoal jurídica	(38.714.830)	(42.477.826)

18. Custo Corporativo Compartilhado: Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações, relativo à unidade hospitalar.

19. Drogas, Materiais e Medicamentos

Descrição	2.015	2.014
Medicamentos	(6.460.131)	(5.643.492)
Filmes radiológicos e fios cirúrgicos	(270.341)	(283.961)
Ortese e prótese	(2.106.777)	(2.373.138)
Materiais de uso do paciente	(5.294.422)	(4.706.084)
Gases e materiais de limpeza	(918.415)	(874.449)
Gêneros alimentícios	(894.830)	(810.768)
Materiais de limpeza e lavanderia	(944.362)	(945.049)
Materiais de conservação, reparos e consumo diversos	(335.349)	(292.706)
Impressos e materiais de expediente	(360.770)	(425.219)
Pecas e acessórios de reposição	(364.445)	(670.877)
Outros	(562.737)	(625.115)
Total	(18.422.158)	(17.588.857)

20. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

Descrição	2.015	2.014
Valor justo por meio do resultado Caixa e equivalentes de caixa	7.520.537	5.947.474
Empréstimos e recebíveis	1.558.410	1.292.259
Contas a receber de clientes	18.984.232	20.629.595
Partes relacionadas	1.558.410	1.292.259
Total	28.063.179	27.869.328

Passivos

Descrição	2.015	2.014
Pelo custo amortizado Fornecedores	6.148.865	6.803.275
Honorários médicos	2.449.871	2.120.777
Total	9.123.590	10.504.797

Risco de liquidez: O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

21. INSS Cota Patronal: (a) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social: Em 28 de junho de 2012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) no Ministério da Saúde, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, em cumprimento ao art. 34 da Lei 12.101/09, sendo que até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, ainda não foi julgado. Em 01 de agosto de 2.015 foi protocolado novo requerimento de renovação, registrado pelo SIPAR nº 25000.100966/2015-61 e está aguardando análise em ordem cronológica. O CEBAS esteve válido durante



Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2. Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP. A IMPRENSA OFICIAL DO PARÁ garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.ioe.pa.gov.br Data: Quinta-feira, 31 de Março de 2016 às 0:00:00

continuação
do exercício de 2.015 por determinação do art. 8º do Decreto Federal nº 8.242/14. A Pró-Saúde atende assim os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CE-BAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação aos tributos a ela referidos, principalmente a cota patronal. **(b) Apresentação da cota patronal:** A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa nº 16 – Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício. **(c) Ganhos ou perdas e riscos potenciais:** A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no de-

envolvimento de suas atividades. **22. Imunidade e Isenção Tributária:** A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar – Hospital Regional do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna – Santarém/PA, é uma entidade sem fins lucrativos, imune de recolhimento do imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit, assim como em relação à contribuição patronal do INSS. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias, destacamos: **PIS (Programa de Integração Social):** A entidade está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97. **COFINS (Contribuição para financiamento da seguridade social):** A entidade é isenta do pagamento da Cofins incidente sobre as receitas de suas ativida-

des próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. A isenção das contribuições usufruídas foram:

Descrição	2.015	2.014
Contribuição social para o financiamento da seguridade social	2.975.618	2.915.286
Contribuição social sobre o superávit	18.505	176.131
Contribuição patronal INSS	5.908.798	4.987.346
	8.902.921	8.078.763

23. Pacientes Atendidos: A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S. em 60%, para fins de gratuidade.

Dom Eurico dos Santos Veloso Presidente
Dom Eurico dos Santos Veloso Presidente da Pró-saúde
Jocelmo Pablo Mews Diretor Geral da Pró-Saúde
Herbert Morechi Diretor Geral do Hospital
Diego Vione Berenstein Diretor Financeiro do Hospital
Thatyane Tavares Ribeiro - Contadora do Hospital - TC - CRC: PA-018250/O-0
David Martins Ferreira - Contador Geral - CRC: SP195413/O-2 "S" - PA

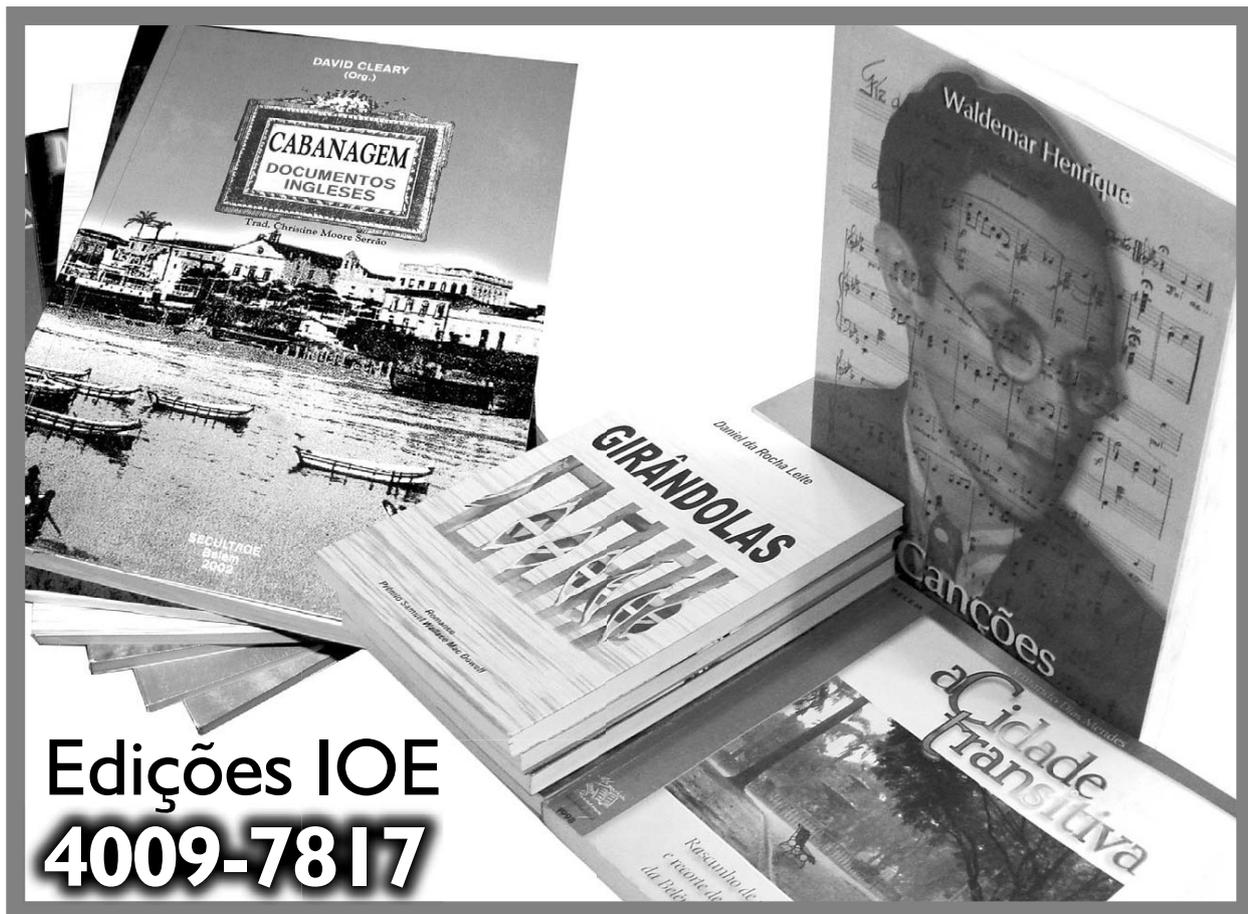
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores **Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar Hospital Regional do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna - Santarém/PA.** Examinamos as demonstrações financeiras da **Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna - Santarém/PA**, que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2.015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se

causada por fraude e erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causadas por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para

fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Opinião sem ressalva:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna - Santarém/PA** em 31 de dezembro de 2.015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Santarém, 02 de Março de 2.016.
LM Auditores Associados **Maurício Diácoli**
CRC 2SP018.611/O-8 CRC 1SP129.562/O-5 "S" - PA

Protocolo 9446055



Edições IOE
4009-7817



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2. Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP. A IMPRENSA OFICIAL DO PARÁ garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.ioe.pa.gov.br
Data: Quinta-feira, 31 de Março de 2016 às 0:00:00